

Socibe Energia S.A.

CNPJ: 02.131.646/0001-33

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Socibe Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Jayme Barg

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Relações com investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.070	9.063
Contas a receber de clientes		1.245	1.426
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		337	377
Outros tributos compensáveis		97	97
Almoxarifado		155	-
Outros créditos		31	165
Total do ativo circulante		4.935	11.128
<u>Ativo não circulante</u>			
Intangível	4	71.129	76.265
Total do ativo não circulante		71.129	76.265
Total do ativo		76.064	87.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		1.503	1.125
Outras obrigações fiscais		88	84
Dividendos a pagar		888	10.055
Salários, provisões e encargos sociais		71	70
Encargos setoriais		206	148
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura		801	948
Outras obrigações		45.245	47.877
Total do passivo circulante		48.802	60.307
<u>Patrimônio líquido</u>			
	5		
Capital social		12.969	12.969
Reserva de lucros		11.628	11.628
Dividendos adicionais propostos		2.665	2.489
Total do patrimônio líquido		27.262	27.086
Total do passivo		76.064	87.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	6	13.204	11.162
Custo	7	(5.860)	(4.124)
Lucro bruto		7.344	7.038
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	7		
Despesas gerais e administrativas		(3.265)	(3.148)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	(145)
Outras receitas operacionais		14	69
Total despesas operacionais		(3.251)	(3.224)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		4.093	3.814
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras		170	109
Despesas financeiras		(198)	(194)
Total do resultado financeiro		(28)	(85)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.065	3.729
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(512)	(410)
Total dos tributos sobre o lucro		(512)	(410)
Lucro líquido do exercício		3.553	3.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.553	3.319
Total dos resultados abrangentes do exercício	3.553	3.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.969	2.594	9.530	-	-	25.093
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.319	3.319
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(496)	-	-	(496)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(830)	(830)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.489	(2.489)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.969	2.594	9.034	2.489	-	27.086
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.553	3.553
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(2.489)	-	(2.489)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(888)	(888)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.665	(2.665)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.969	2.594	9.034	2.665	-	27.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	3.553	3.319
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	5.278	5.256
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	162
Baixa de ativo intangível	-	(600)
Custo de transação	-	(1.631)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	181	6.696
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	40	122
Almozarifado	(155)	-
Adiantamento a fornecedores	(26)	-
Serviços em curso	-	20
Outros créditos	160	116
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	378	(245)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	433	375
Outras obrigações fiscais	4	(8)
Salários, provisões e encargos sociais	1	34
Encargos setoriais	58	(95)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(147)	536
Outras obrigações	(2.632)	(1.716)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(433)	(375)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.693	11.966
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo intangível	(142)	(77)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(142)	(77)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-	(200)
Pagamento de dividendos	(12.544)	(4.961)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(12.544)	(5.161)
Variação no caixa líquido	(5.993)	6.728
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.063	2.335
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.070	9.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Socibe Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2006, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social geração e comercialização de energia elétrica de origem hidrelétrica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 07 de abril de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarboxinação (CBIO)	1º de janeiro de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a Companhia geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as Companhias a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as Companhias a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as Companhias a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as Companhias reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma Companhia.	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.	
	Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	868	1.357
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	2.202	7.706
Total	3.070	9.063

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4 Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

	Em serviço		Em curso	31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Total	Total
Direito de uso da concessão	13.209	(3.705)	9.504	-	9.504
Custo incremental	43	(44)	(1)	-	(1)
Software	-	-	-	636	636
UBP	56.036	(9.828)	46.208	-	46.208
Bifurcação indenizável	54.171	(39.389)	14.782	-	14.782
Total	123.459	(52.966)	70.493	636	71.129
				71.129	76.265

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2025
Intangível em serviço					
Direito de uso da concessão	13.209	-	-	-	13.209
Custo incremental	32	11	-	-	43
UBP	56.036	-	-	-	56.036
Bifurcação indenizável	52.199	-	-	1.972	54.171
Total	121.476	11	-	1.972	123.459
Amortização acumulada					
Direito de uso da concessão	(3.265)	-	(440)	-	(3.705)
Custo incremental	(23)	-	(21)	-	(44)
UBP	(7.687)	-	(2.141)	-	(9.828)
Bifurcação indenizável	(36.713)	-	(2.676)	-	(39.389)
Total	(47.688)	-	(5.278)	-	(52.966)
Intangível em curso					
Software	2.477	131	-	(1.972)	636
Total	2.477	131	-	(1.972)	636
Total	76.265	142	(5.278)	-	71.129

	31.12.2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.12.2024
Intangível em serviço						
Direito de uso da concessão	13.209	-	-	-	-	13.209
Custo incremental	21	11	-	-	-	32
UBP	55.436	-	-	600	-	56.036
Bifurcação indenizável	52.244	-	-	(80)	35	52.199
Total	120.910	11	-	520	35	121.476
Amortização acumulada						
Direito de uso da concessão	(2.825)	-	(440)	-	-	(3.265)
Custo incremental	(15)	-	(8)	-	-	(23)
UBP	(5.546)	-	(2.141)	-	-	(7.687)
Bifurcação indenizável	(34.126)	-	(2.667)	80	-	(36.713)
Total	(42.512)	-	(5.256)	80	-	(47.688)
Intangível em curso						
Software	2.446	66	-	-	(35)	2.477
Total	2.446	66	-	-	(35)	2.477
Total	80.844	77	(5.256)	600	-	76.265

5 Patrimônio líquido

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	12.969.032	100,00%	12.969.032	100,00%
Total	12.969.032	100,00%	12.969.032	100,00%

6 Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2025	2024
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	14.041	11.652
Mercado de curto prazo	144	475
Receita operacional bruta	14.185	12.127
Deduções da receita		
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	(61)	(275)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(402)	(245)
COFINS	(426)	(366)
PIS	(92)	(79)
Total deduções da receita	(981)	(965)
Total	13.204	11.162

7 Custo e despesas gerais e administrativas

				2025
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(476)	(32)	-	(508)
Material	(51)	(5)	-	(56)
Serviço de terceiros	(564)	(47)	-	(611)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(517)	-	(517)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.067)	-	-	(1.067)
Encargos do uso de rede elétrica	(485)	-	-	(485)
Seguros	(521)	-	-	(521)
Depreciação e amortização	(2.696)	(2.582)	-	(5.278)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(82)	14	(68)
Total	(5.860)	(3.265)	14	(9.111)

				2024	
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(404)	(20)	-	-	(424)
Material	(52)	(6)	-	-	(58)
Serviço de terceiros	246	(2)	-	-	244
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(514)	-	-	(514)
Energia elétrica comprada para revenda	(256)	-	-	-	(256)
Encargos do uso de rede elétrica	(644)	-	-	-	(644)
Seguros	(339)	-	-	-	(339)
Depreciação e amortização	(2.675)	(2.581)	-	-	(5.256)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(145)	-	(145)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(25)	-	69	44
Total	(4.124)	(3.148)	(145)	69	(7.348)